

■ PRÓLOGO

Capacitismo: um espaço de observação do sujeito e do social

Nas sociedades contemporâneas, pensar a educação formal — em suas múltiplas etapas — é refletir sobre um dos pilares centrais da construção da cidadania. Entre diferentes modelos pedagógicos, políticas públicas e práticas escolares, a educação busca formar sujeitos capazes de participar criticamente da vida social. Nos últimos anos, contudo, um novo olhar tem emergido, não sem resistências: o olhar que reconhece as demandas cada vez mais urgentes da educação inclusiva. Trata-se de um movimento que questiona padrões estabelecidos, amplia vozes historicamente silenciadas e constrói, de forma crítica, sujeitos pensantes e atuantes.

A educação inclusiva, entendida em sentido amplo, é um campo polifônico e transformador. Ela exige comprometimento, ética e atualização constante dos profissionais, pois não se limita à presença física de todos na escola, mas à participação plena e ao reconhecimento da diversidade humana. Nesse cenário, ganha força o debate sobre a superação do capacitismo — prática discriminatória que hierarquiza pessoas a partir da adequação (ou não) de seus corpos a um padrão considerado “normal” ou “ideal”.

No Brasil, o termo “capacitismo” foi introduzido pela antropóloga Anahi Guedes de Mello, em analogia a outras formas de opressão, como racismo e sexismo. Posteriormente, Adriana Dias o definiu como um neologismo que aponta para o afastamento da capacidade ou aptidão, atribuído às pessoas em razão de uma deficiência. Autoras como Soares e Ribeiro (2023) destacam que, embora o debate seja recente no país, internacionalmente ele já é explorado por pesquisadoras como Fiona Kumari Campbell, que o descreve como “uma rede de crenças, processos e práticas que constroem um padrão corporal visto como perfeito e plenamente humano, relegando os corpos que dele divergem a um estado diminuído de humanidade”.

Entender o capacitismo implica reconhecer que ele não é apenas um preconceito individual, mas uma lógica estrutural que atravessa discursos, leis, práticas institucionais e relações cotidianas. Ele se expressa na negação de direitos, na limitação de oportunidades, na invisibilidade de experiências e na crença persistente de que corpos e mentes desviantes são, por natureza, insuficientes ou frágeis.

Esse dossiê reúne artigos, pesquisas e relatos que abordam temáticas distintas sobre a problematização do corpo da pessoa com deficiência; a ética do cuidado com corpos não normatizados; as manifestações do capacitismo nas relações familiares, comunitárias e escolares; apresentação das práticas educativas, culturais, artísticas e esportivas que rompem com a lógica capacitista; a promoção da interseccionalidade entre capacitismo, gênero, raça e classe social; a exploração do lugar do corpo com deficiência nos contextos rural, urbano e virtual; e o debate de como o capacitismo se manifesta e pode ser enfrentado nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

Ao abrir este espaço, afirmamos que combater o capacitismo não é apenas um ato de justiça social, mas um imperativo ético e político. É reconhecer que a educação só cumpre plenamente seu papel quando todos os corpos e mentes são vistos como legítimos, dignos e capazes de participar da vida social em suas múltiplas formas de existência.

Fabiola Gomide Baquero Carvalho
Patrícia Nazário Feitoza Duarte
Editoras convidadas